

# Problemas de Assistência aos Filhos dos Funcionários Públicos Federais

SEBASTIÃO L. PRIOLLI

e

ALVARO J. LOPES NORAT

A MELHOR POLÍTICA ASSISTENCIAL — A *proteção à infância*

**Q**UEM quer que examine os altos índices de mortalidade infantil do nosso país, índices êsses que tão sugestivamente nos diminuem perante a consciência médica mundial, ciente da farta legislação promulgada em nossa terra com o intuito de proteger a criança, ficará impregnado daquele conformismo que nos advém ante a fatalidade das coisas.

E, na primeira ocasião de externar-se sôbre o assunto, forçando um otimismo talvez inexistente, começará dizendo: O problema da criança é muito complexo... e, assim, sem o querer, estará justificando com o imponderável do vocábulo, todos os erros e descuidos em que vimos, há anos, laborando.

A realidade é, porém, muito outra: o complexo aqui é tão-somente uma sinonímia simplista de descuido e talvez porque, no clima em que se vive no mundo de nossos dias, é melhor deixar para amanhã os problemas de amanhã!

Por isso a questão da assistência à criança é tal qual a batata quente da anedota, tão quente que é e será mais facilmente despejada em outras mãos do que corajosamente palmeada...

Não exageramos com essa comparação e a comprovação tivemos-la em recente peregrinação, quando, frente a frente a vários e altamente situados expoentes de diversos organismos administrativos e securitários desta capital, mais se nos arraigou a convicção de que seremos conhecidos pelos nossos pósteros como a "geração dos corações empedernidos" conforme a feliz definição do Presidente Vargas.

Alguns deturpam sentido de frases que se tornaram verdadeiras bandeiras na cruzada pela redenção da criança, como por exemplo a de Hoover: — "o mais valioso patrimônio de uma nação são as suas crianças"... e, usam-na, para transferir ao governo a "salvaguarda" dêsses tesouros..

Julgam-se tão somente obrigados a uma função: o entesouramento de quantias fabulosas, ro-

tuladas de reservas técnicas e matemáticas, empregando-as em inversões apelidadas de "produtivas"...

Urge, no entanto, uma congregação dos esforços e energias dos que de fato pensam e querem realizar alguma coisa pela criança da nossa terra para, em conjunto, procurar modificar a mentalidade egoística, imediatista e antipatriótica que infelizmente ainda impera em tantos meios.

Difícil é inculcar de modo proveitoso para a finalidade em vista, a tão empedernidos cultores de uma política financeira obsoleta, do valor econômico do investimento de parte dessas reservas em um novo campo de aplicação de capital: — a criança da nossa terra.

Difícil convencê-los, porque pela natural limitação de tempo de uma administração é mais fácil e "fotogênico" edificar grandes conjuntos residenciais ou administrativos, do que colaborar na construção de toda uma geração da respectiva coletividade.

Suas estatísticas demonstram o "acêrto" dessa orientação, os lucros são assombrosos, retôrno pelo menos em dôbro do capital invertido e caso haja alguma interveniência, a baixa mínima de 10%, anualmente verificável na capacidade aquisitiva do nosso dinheiro, possibilitará sempre e com larga margem a recuperação do capital inicialmente empregado.

Outra fôra a orientação, argumentam, e onde e com quem procurar o retôrno? Quais os dados estatísticos para lastrear justificando inversões como as pretendidas?

A êsses Molochs das finanças, não os comovem visões como as retratadas por Clovis Corrêa da Costa (1), quando discorre sôbre a mortalidade infantil anualmente observada em nossa terra:

... "8 fileiras de sepulturas separadas uma das outras por 1 metro, se estendendo, por uma distância de 92 quilômetros, mais ou menos a mesma que vai de Copacabana a Petrópolis"...

(1) CLOVIS CORRÊA DA COSTA — *Puericultura*. D.N. Cr., 1950.

Embora não nos seja possível ainda demonstrá-lo cabalmente, é fato incontestável o quanto se beneficiam os organismos securitários com uma massa contribuinte hígida. Um dos nossos Iapes, e mais precisamente, o I.A.P.I., já calculou o quanto de economia representa para a instituição, a diminuição em um mês somente, na média atualmente verificada na recuperação dos seus incapacitados provisórios: — cêrca de 50 milhões de cruzeiros, apenas na concessão de auxílio pecuniário (2).

O mesmo relatório admite um total de . . . . 41.400.000 de "homens dias" perdidos pela nossa indústria anualmente, só com incapacidade provisória e invalidez . . .

Apesar do comprovado considera-se ainda mais importante . . . a casa própria e para desviar a atenção de assunto de tanta importância, entoam-se elogios à fertilidade da nossa gente . . . inesgotável fonte de reservas humanas e como de hábito, transfere-se ao governo a responsabilidade da melhoria qualitativa dessas reservas.

Não se estudou porém em inquérito honesto, o que representa para os usufrutuários do "benefício" da casa própria, os encargos da sua posse; o quanto é desviado de um orçamento familiar com aquela finalidade, quais os "deficits" em cuidados higiênicos quer alimentares, quer os de ordem de saúde pessoal e dos respectivos dependentes, que de modo tão gritante se refletem na produtividade do chefe da família, enfraquecendo-o, acidentando-o tantas vêzes, adoecendo-o tão freqüentemente.

Quem conhecendo a formação afetiva da nossa gente, não inculca como psicologicamente negativa para a sua produtividade, a carência crônica em que vivem os seus dependentes, de uma série de cuidados os mais elementares?

Se a êsses organismos securitários aproveita financeiramente a manutenção do estado hígido dos seus segurados, pela economia na não concessão do auxílio doença, se a produtividade aumenta, não só pela diminuição de faltas como também e primordialmente pela maior capacidade de trabalho de quem o executa como exigir da União, isto é, indiretamente de tôdas as outras coletividades da nossa terra, elementos selecionados para integrarem a massa dos seus contribuintes?

Que autoridade moral para se exigir por ocasião do ingresso em qualquer atividade, de condições mínimas de saúde se cada coletividade nada ou quase nada faz no sentido de melhorar os índices de saúde da nossa infância de hoje, indubitavelmente, a grande massa dos respectivos contribuintes de amanhã?

É bastante egoística e falha a argumentação de que à União exclusivamente compete a formação e os cuidados que exigem as reservas humanas.

A verdade é que a responsabilidade cabe mais a cada coletividade de per si por isso que mais se beneficiam não só de imediato como de futuro, enquanto que o governo, forçoso o confessarmos, dificilmente poderia dispor para essa finalidade das verbas necessárias.

Se conseguíssemos deslocar, como de direito, a responsabilidade do problema assistencial da criança, da sua exclusiva dependência estatal, para a de cada coletividade, que melhor ocasião que a atual poderá apresentar-se para resolvê-lo?

Com pequenas exceções, (aparentemente só uma, a dos agricultores) quase tôdas as atividades do nosso país estão mais ou menos congregadas pela obrigatoriedade legal de seguridade nos diversos Iapes e Capes, e em alguns centros pequenos onde inexistam outras atividades que não as agrícolas, a tendência política atualmente verificada da emancipação política e financeira dos municípios, outorga-lhes também, a nosso ver, a responsabilidade de cooperar na solução de tão magno problema para o futuro da nossa terra.

Êsse, em resumo, o nosso modo de encarar o problema, e baseados nesse ponto de vista, vejamos como poderia ser êle resolvido em uma coletividade para a qual trabalhamos: a dos funcionários públicos federais.

\* \* \*

Nunca foi estranha às administrações do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, a importância de uma assistência perfeita à infância da nossa coletividade.

Mas infelizmente, também aqui, pouco ou quase nada pôde ser feito com essa finalidade, por isso que tem sido sempre fruto de improvisações de última hora e quase sempre resultante de restos de verbas, o pouco que se pôde conseguir.

Compreende-se, assim, o quanto é deficiente em extensão e profundidade o que podemos oferecer às nossas crianças e, poderíamos sinteticamente defini-la como obra da bondade de alguns e da abnegação de muitos, porque o que existe não foi, porque não poderia ser planejado; os poucos organismos assistenciais de que dispomos, não têm como deveriam, uma orientação uniforme, são desiguais as formas de atendimento, porque bastante diferentes são as instalações e aparelhagem de cada um dêles.

Não conseguimos despender em qualquer um dêles senão um máximo de 5% de atenções às práticas de higiene infantil, por isso que 95% dos nossos cuidados devem ser reservados a atendimentos pediátricos, isto é, ao tratamento de crianças doentes.

Da verificação dessas e de outras falhas e do modo de contorná-las objetivava um nosso estudo (3) entregue à administração da nossa autarquia

(2) ALIM PEDRO — *Seguro Social*, 1950.

(3) ALVARO J. L. NORAT e SEBASTIÃO L. PRIOLLI — *Padronização dos exames pediátricos na coletividade do IPASE* — 1949.

no qual preconizávamos uma série de medidas, a fim de evitar a pleora de crianças a espera de consulta, com um escalonamento e distribuição razoável dos clientezinhos pelos três postos que então dispunhamos, desde que, a êsses postos, fossem fornecidos pelo Departamento de Assistência do I.P.A.S.E., elementos materiais iguais aos que são fornecidos pela direção do H.S.E. ao seu ambulatório pediátrico, o que tornaria possível fixar-se em todos êles o mesmo alto padrão de atendimento.

As despesas que adviriam com essa prática, seriam, em parte, compensadas pela economia em exames médicos e complementares, isoladamente requisitados por cada setor, que destarte teriam de abandonar orientações personalísticas para generalisar, igualando, a mesma padronagem de atendimento.

Vários e talvez ponderáveis motivos que nos escapam, inibiram à administração efetivar, como pretendíamos, as medidas que preconizávamos, e

para as quais foram feitas então elogiosas e encorajadoras referências.

A acolhida dispensada a essa nossa contribuição, ensejou-nos a apresentar à atual administração um novo estudo (4) lastreado em observações colhidas em vários serviços oficiais e privados nos quais grande número de atendidos pertencem à nossa coletividade.

Neste estudo, preconizamos a instalação de órgãos nossos para atender às crianças da nossa coletividade e tivemos a honra de vê-lo magnificamente sintetizado em recente reportagem, feita por esta Revista, junto ao Diretor do Departamento de Assistência do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, sob o título — *Maior Assistência ao Servidor Público pelo I.P.A.S.E.* — jan. 1952.

Resumidamente mencionaremos que, a fim de podermos proporcionar a assistência requerida, julgamos necessária a instalação dos seguintes organismos e serviços, em número e capacidade variáveis:

ASSISTÊNCIA PRÉ-NATAL	Consultórios de Higiene pré-natal
ASSISTÊNCIA OBSTÉTRICA	Assistência obstétrica domiciliárias e Maternidade
ASSISTÊNCIA HIGIÊNICA	Berçários
	Creches
	Pupileiras
	Consultórios de Higiene Infantil
	Cadastro Tuberculino-torácico
ASSISTÊNCIA MÉDICA	Serviço de Imunizações
	Consultórios de Pediatria
	Serviço de Tuberculose Infantil
	Enfermaria de Pediatria
ASSISTÊNCIA ALIMENTAR	Laboratórios
	Raios X
	Lactários
	Banco de Leite humano
ASSISTÊNCIA JURÍDICA	Cantina Infantil
	Cantina Maternal
ASSISTÊNCIA SOCIAL	Serviço Jurídico
ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL	Serviço Social
	Escolas Maternais
	Jardins de Infância
	Parques Infantis
	Centros de Recreação
	Escolas para débeis e retardados.

Obviamente, tais órgãos deverão funcionar tanto quanto possível em grupamentos por isto que, para efetiva instalação, deverão ser minuciosamente revistos todos os seus aspectos de previsão, localização, orçamento, coordenação e controle, bem como reaparelhamento, do que já existe

para seu aproveitamento e entrosagem no plano geral.

(4) ALVARO J.L. NORAT e SEBASTIÃO L. PRIOLLI — *Subsídios para a criação de um Serviço de Proteção à Infância da Coletividade do IPASE* — 1951.

Aparecem porém percalços para sua concretização, sendo o primordial a inexistência de verbas disponíveis para fazer face a essas despesas.

Enquanto se aguarda o "modus faciendi" que possibilite um aumento da receita no nosso Instituto, que permita à Administração realizar êsses planos, deliberamos com a aprovação do Diretor do Departamento de Assistência, dividi-lo por parte, que de futuro permitissem um perfeito englobamento dentro do plano geral e, ao mesmo tempo pesquisar até que ponto seria possível contar-se com o auxílio das diversas Repartições para realizá-las, tanto mais que, ultimamente, vinham se avolumando no D.A. pedidos pessoais e coletivos de funcionárias públicas para a criação de creches e de serviços outros, dentro do âmbito do projeto em estudos.

Sendo porém as creches, as que mais urgentemente são reclamadas, e como os nossos estudos preliminares demonstrassem uma grande diminuição da eficiência colimada para uma assistência dêsse tipo, se fôsse instalada somente uma, para abrigar todos os lactentes da nossa coletividade, o que obrigaria uma grande porcentagem de lactantes e deslocamentos demorados, por ocasião das mamadas, deliberamos estudar a possibilidade de instalá-las, *em cada local de trabalho* onde o número de mães funcionárias tornassem-nas necessárias.

Dêste modo, não só os horários das mamadas seriam mais facilmente observados e com menor gasto de energias, como influiria-nos benéficamente no psiquismo da mãe funcionária, a certeza da proximidade do seu filho, fato que se refletiria na qualidade e volume do seu trabalho.

Nesta creche, as crianças deverão permanecer somente em sua fase de lactância, após o que, seriam transferidas para as creches mais próximas das respectivas residências, que instaladas e mantidas pelo I.P.A.S.E., poderiam, como é óbvio, oferecer, dada sua localização, condições difíceis de ser conseguidas no centro da cidade, onde justamente se situa o maior número das repartições públicas.

Com o intuito de aproveitar melhor o trabalho do pessoal encarregado de cada creche, como também possibilitar-lhes um contróle mais perfeito das condições de saúde dos familiares infantis dos seus assistidos, deliberamos fazer funcionar em anexo, um pôsto de Pediatria e Higiene Infantil, cujas limitações em extensão e profundidade, seriam complementadas pelos outros serviços do I.P.A.S.E.

Quando a criança abrigada na creche entrasse no período de ablatância, isto é, já não mais precisassem permanecer junto da mãe, por não mais necessitar da mamada ao seio, seria transferida, bem como seus familiares infantis, para as Creches e Postos de Pediatria e Higiene Infantil mais próximos da respectiva residência, bem como,

todo o acervo de observações clínicas de exames laboratoriais e de Raios X que tenham sido feitos.

Assim, os postos e creches dos bairros nada mais seriam que meros organismos de seguimento, das atenções que vinham sendo dispensadas nas creches e postos, das repartições, por isto que, uma uniforme orientação, manteria em todos êsses locais uma mesma alta padronagem de atendimento.

Como redundaria em maior e mais direto benefício para a respectiva repartição a existência de uma unidade assistencial como mencionamos acima, já pelo melhor trabalho da mãe funcionária, já como pela diminuição de faltas decorrentes dessa justificativa, julgamos que essas unidades devam ser instaladas e mantidas pela repartição respectiva, ficando a cargo do I.P.A.S.E. todos os outros organismos assistenciais atrás mencionados.

A verificação da viabilidade do pretendido começamos a apreciar com a generosa acolhida feita a êsse programa, pelo Ministério do Trabalho, onde tivemos a honra de colaborar com as direções do Pessoal, Material e de Administração, a fim de submeter à apreciação ministerial um estudo (5) sobre a instalação de uma unidade assistencial à infância daquele importante setor da nossa administração, aguardando-se agora tão somente consecução de espaço, para sua efetiva instalação.

Não menos acolhedora e significativa vem sendo a acolhida que o D.A.S.P. vem dispensando à nossa "pequena campanha" e não seria exagêro mencionarmos que é uma das repartições onde a criança conta com um número bem grande de defensores.

Em alguns setores, está sendo um pouco difícil estabelecer entendimentos sob idêntico clima e é com a finalidade de facilitar nossa tarefa que relacionamos os empecilhos aparentes bem como do que pretendemos conseguir: — nada reais que cooperação e colaboração para uma obra, que é realmente merecedora dos maiores esforços de cada qual, para vê-lo concretizado.

Ainda é muito cedo para aquilatar dos efeitos do êxito dêsse empreendimento, mas estamos convictos de que sua realização na nossa coletividade, será o estopim que desencadeará um período de emulação entre tôdas as outras coletividades, semelhantemente ao havido com a "febre de construções" mas agora, colimando dar às crianças de nossa terra

... "todos os meios, para que elas, de modo normal, desenvolvam seu corpo e sua inteligência" de

Declaração dos Direitos da Criança V Assembléia Soc. das Nações 1942.

Valerá a pena lutar para consegui-lo?

(5) ALVARO J.L. NORAT, SEBASTIÃO L. PRIOLLI e J. MAFALDA DE CARVALHO — Planejamento de uma Creche e Pôsto de Pediatria e Higiene Infantil para o Ministério do Trabalho — 1951.